

A lei VW foi aprovada pelo Parlamento e entrou em vigor no ano de 1960, quando a sociedade por quotas ?Fábrica Volkswagen? foi privatizada e transformada em sociedade anónima. A finalidade desta regulamentação foi a de assegurar a influência da participação estatal e proteger o grupo contra aquisições hostis. Para esse fim, a lei VW limitou o direito de voto de cada accionista ao máximo de 20% - mesmo quando ao investidor pertencia um montante de acções superior. Na nova redacção proposta para esta lei, esta disposição desaparece.

Publicado por *NDR-online* em 22 de Setembro de 2008; Tradução de **João Alexandrino Fernandes**

## **O que é a lei Volkswagen?**

A lei VW foi aprovada pelo Parlamento e entrou em vigor no ano de 1960, quando a sociedade por quotas ?Fábrica Volkswagen? foi privatizada e transformada em sociedade anónima. A finalidade desta regulamentação foi a de assegurar a influência da participação estatal e proteger o grupo contra aquisições hostis. Para esse fim, a lei VW limitou o direito de voto de cada accionista ao máximo de 20% - mesmo quando ao investidor pertencia um montante de acções superior. Na nova redacção da lei, esta disposição desaparece. Do mesmo modo é retirada a passagem, segundo a qual a República Federal Alemã e o estado de Niedersachsen (Baixa Saxónia) nomeiam dois representantes cada um para o Conselho Fiscal, enquanto detiverem acções. Em vigor continuam as disposições da lei, que conferem ao estado de Niedersachsen e aos trabalhadores o direito de participação e de voto, por exemplo em decisões relativas ao encerramento da empresa ou à deslocação da produção.

Já em Outubro de 2007 o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias tinha declarado a invalidade de disposições da lei VW, por constituírem violação do direito europeu. Os juízes seguiram dessa forma a argumentação da Comissão Europeia.

## **Porque é que Comissão Europeia declarou a invalidade de parte da lei?**

A Comissão Europeia já recorreu noutros casos a Tribunal, contra direitos especiais dos Estados em empresas privatizadas. Segundo a perspectiva da Comissão, a lei colide com a liberdade de estabelecimento e a liberdade de circulação de capitais garantidas pelo Tratado da Comunidade Europeia. A regulamentação poderia impedir investidores de outros estados-membros de investirem na VW, foi a fundamentação apresentada.

## **Quem queria manter a lei VW na sua forma original?**

O estado Niedersachsen e o governo federal tinham-se pronunciado pela manutenção da anterior regulamentação. A lei garantia ao estado de Niedersachsen, que detém pouco mais de 20% das acções com direito de voto, uma influência desproporcionalmente superior ao valor de capital detido, e o direito de participação e voto em decisões importantes da

empresa. A participação estatal recebia o apoio dos representantes dos trabalhadores. A lei tinha sido criada para proteger os trabalhadores da Volkswagen contra um domínio demasiado fácil por parte de um grande accionista, argumentava a comissão de trabalhadores.

Depois da derrota no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, o estado de Niedersachsen e o governo federal empenham-se em, pelo menos, manter a parte da lei que na sua opinião não é atingida pela decisão judicial.

### **A Comissão Europeia está satisfeita com as mudanças?**

A Comissão Europeia exige que seja revogada a minoria de bloqueio do estado de Niedersachsen. As decisões com grande significado têm que, mesmo depois da alteração da lei, ser tomadas por uma maioria superior a 80%. Desta forma o accionista da VW estado de Niedersachsen tem influência em decisões importantes. Por isso, a Comissão Europeia instaurou uma acção por incumprimento contra o governo federal alemão e anunciou a interposição de um novo recurso perante o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

### **Quem quer revogar a lei VW por inteiro?**

Ao lado da Comissão Europeia também se tinham pronunciado investidores privados no sentido da revogação da lei. A construtora de automóveis desportivos Porsche, de Stuttgart, o maior accionista da VW, pronunciou-se pelo fim da regulamentação: ?a Porsche quer exercer os seus direitos com toda a plenitude.?A empresa de Stuttgart quer elevar a sua participação na VW a mais de 50% das acções com direito de voto. A lei VW reduz, em todo o caso, este direito de voto a 20%. O construtor de automóveis desportivos recebeu o apoio do estado de Baden-Württemberg. Porém, o ataque contra a lei VW levado a cabo pelo governo deste estado fracassou no Conselho Federal Alemão.

Sumário da Home:

A lei VW foi aprovada pelo Parlamento e entrou em vigor no ano de 1960, quando a sociedade por quotas ?Fábrica Volkswagen? foi privatizada e transformada em sociedade anónima. A finalidade desta regulamentação foi a de assegurar a influência da participação estatal e proteger o grupo contra aquisições hostis. Para esse fim, a lei VW limitou o direito de voto de cada accionista ao máximo de 20% - mesmo quando ao investidor pertencia um montante de acções superior. Na nova redacção proposta para esta lei, esta disposição desaparece.

Thumbnail Image:



Main Image:



Dossier:

Dossier 098: Volkswagen <sup>[2]</sup>

- Biblioteca
- Agenda
- Jornal Esquerda
- Blogosfera
- Comunidade
- Revista Vírus
- Wikifugas
- Ficha Técnica

---

**URL de origem:** <http://www.esquerda.net/dossier/perguntas-e-respostas-sobre-lei-volkswagen/18379>

**Ligações:**

[1] <http://www.esquerda.net/file/questjpg-0>

[2] <http://www.esquerda.net/topics/dossier-098-volkswagen>